



MILEI COLOCA SEU ATAQUE, O MAIS PROFUNDO JÁ VISTO NA ARGENTINA

A resposta é greve geral por tempo indeterminado, organizada por meio das assembleias e comitês de base

Manifesto PPRI - 24 de janeiro de 2024

O governo ultradireitista de Milei tem por objetivo reestruturar violentamente as relações entre os patrões e os assalariados, visando a uma rápida e elevada extração de lucros pelos monopólios, e orientada a aprofundar a estrangerização e o controle da economia pelo imperialismo, com fortalecimento da política de sustento da Dívida Pública. Em outras palavras: reduzir as condições de vida dos explorados abaixo das mínimas condições de existência social em benefício dos capitalistas.

Eis: **1)** imposição da extensão da jornada “legal” de trabalho, até por 12 horas; **2)** destruição dos convênios coletivos e favorecimento das negociações por empresa e até individuais; **3)** extensão da terceirização e do trabalho temporário a todos os ramos da produção; **4)** modificação dos critérios de pagamento de horas extras (que somente seriam reconhecidas quando ultrapassadas as 12 horas); **5)** extensão do “período de experiência” para contratados, de 3 para 8 meses, prorrogável até a efetivação ou a rescisão contratual (que poderá ser feita sem qualquer aviso prévio e sem justificativa); **6)** redução

dos montantes de indenização e modificação das leis para retirar delas o 13º salário e outros benefícios salariais (comissão, abono etc.); **7)** desoneração da folha de pagamentos; **8)** eliminação da legislação de “presunção de contratação”, que obriga os capitalistas a assumirem a relação efetiva com o assalariado – se comprovado o vínculo “estável” na prestação de serviços; **9)** garantias para as demissões sem justa causa, sem aviso prévio e sem computar antiguidade, reduzindo os custos aos capitalistas por encargos trabalhistas e pelo valor da indenização (que poderia ser gerida por um fundo, criado pelos próprios sindicatos, e não de responsabilidade do patronato); **10)** garantias ao patronato para demitir grevistas que participem de bloqueios e ocupações, e muito mais.

É bom lembrar que 51% dos assalariados são terceirizados (26% sem vínculo trabalhista e 24% sobrevivendo da economia informal), e que o poder aquisitivo caiu em 32%. Isto enquanto 33% dos empregados sobrevivem com salários abaixo do mínimo necessário para sobreviver, e 32% da população vive em moradias precárias ou em favelas. Portanto, fica claro que a

reforma trabalhista se orienta especialmente a atacar os 40% dos assalariados que ainda contam com alguns direitos. Soma-se a isso os ataques contra a organização sindical e a violenta restrição do direito de greve e protesto. E a proibição da reunião pública de mais de 30 pessoas, o que significa nos fatos que o protesto social e as greves em locais públicos, seriam inconstitucionais.

O peronismo, que perdeu as eleições, quer fazer as massas crearem que um governo deles seria diferente. Mas, se tivessem sido eleitos, eles aplicariam as mesmas políticas gerais. As contrarreformas são uma imposição da burguesia imperialista para todos os governos, sejam de esquerda ou de direita. Enquanto que as burocracias sindicais argentinas, maioritariamente peronistas, assim como acontece no Brasil, não são contrárias às contrarreformas. E se interessam especialmente pela preservação de suas fontes de financiamento como casta. O maior perigo é o de perder os milionários aportes dos não-sindicalizados, (a contrarreforma retira a obrigatoriedade dos aportes e impõe os aportes voluntários). Temem ainda o deslocamento dos filiados aos

planos de saúde sindicais para empresas privadas, o que significaria uma redução da caixa sindical da qual parasitam. Quanto à ruptura da ultratividade, para os burocratas está em jogo sua capacidade de usar a força das bases como moeda de troca para negociar e acordar com a patronal os ataques.

Essas mesmas burocracias que convocam a greve geral nada fizeram durante os inúmeros ataques aos salários e às condições trabalhistas que foram desfechados sob o governo de Kirchner e de Fernández. E agora chamam a greve não para derrubar as contrarreformas com a luta de classes, mas para negociar, por meio da oposição parlamentar peronista, alterações nelas. Em começo de janeiro, as direções sindicais burocratizadas tinham apresentado na justiça um “recurso de amparo” para frear a aplicação da Reforma Trabalhista até que fosse tratada no Parlamento. O recurso foi aceito e a justiça mandou o governo negociar a Reforma Trabalhista no Congresso. Eis porque a greve não passará de um meio de pressão sobre o governo para negociar no Parlamento com a minoria peronista uma ou outra modificação.

Conhecemos muito bem essas manobras. Sob o governo Temer, foi convocada uma greve geral de 24 horas contra a reforma Trabalhista. A completa paralisação do país demonstrou a força e a disposição dos explorados para derrubá-la com seus métodos próprios. O que fizeram os burocratas? Em vez de

se apoiar na disposição das bases em derrubar a reforma com a luta de classes, usaram a força do movimento para negociar e fortalecer a bancada parlamentar petista e seus aliados, de modo a negociar aspectos da Reforma. O governo Lula/Alckmin foi eleito com o apoio das burocracias, e a contrarreformas aprovadas permanecem desgraçando os assalariados já, incluída a Previdenciária aprovada sob o governo fascistizante de Bolsonaro. Colocada a serviço das manobras da oposição burguesa peronista, a burocracia sindical da Argentina fará o mesmo que a burocracia brasileira: servir de base de manobra para a negociação das contrarreformas no Parlamento, e finalmente será aprovada ainda que com mudanças.

As condições para uma greve geral estão plenamente colocadas. Não há como derrubar esses ataques sem a ação unitária, organizada e nacional dos assalariados. Então, a questão que se coloca é a que objetivos essa greve geral servirá. Enquanto a classe operária e demais assalariados não se libertarem da burocracia, não haverá como as manifestações, protestos e greves nacionais servirem de fato aos interesses reais e imediatos das massas exploradas. Isto não significa ficar de braços cruzados, mas intervir no interior das organizações e sindicatos com uma política que projete a independência de classe perante qualquer governo ou oposição burguesa no Parlamento, exigindo a ruptura dos sindica-

tos e organizações de massa com manobras institucionais da situação e da oposição.

Se o objetivo dos capitalistas e dos partidos burgueses é aprovar uma contrarreforma, ainda que seja negociada - que fatalmente destruirá empregos, direitos e salários -, as bases operárias e populares devem exigir e impor a suas direções que se convoque imediatamente uma greve geral por tempo indeterminado, que deve ser decidida e aprovada em seu programa pelas assembleias de base.

Não deve haver trégua aos inimigos de classe! Se derruba a contrarreforma com a ação direta nas ruas, ocupando e bloqueando as rodovias, paralisando as fábricas e avançando à unificação nacional de todos os explorados! Se faz necessário um programa comum de reivindicações votado em assembleias e imposto ao governo de plantão com a força coletiva, e com a defesa da constituição de uma Oposição Revolucionária que combata tanto ao governo eleito quanto à oposição peronista, que rejeite a via do Parlamento e da justiça e defende a via da luta de classes e seus métodos.

Eis como a greve geral, que é uma das mais poderosas armas da classe operária na luta contra a burguesia, se transformará em uma greve política e um avanço na luta pelo poder, sempre e quando esteja em sua direção e organizando a classe operária uma direção classista e revolucionária orientada sob o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

Que as bases decidam em suas assembleias com que programa e com que métodos derrubar a contrarreforma do governo direitista!

Impor às direções sindicais a greve geral por tempo indeterminado!

Não confiar a luta por nossos empregos, direitos e salários à burocracia vendida aos capitalistas e submetida às manobras parlamentares da oposição burguesa!

Somente confiar nos métodos da ação direta e na força coletiva das massas organizadas com independência de classe!